

## DO CONCEITO DE PALAVRA E OUTRAS APORIAS

### WORD CONCEPT AND OTHER APORIA

Jefferson Silva do Rêgo<sup>1</sup>

**Resumo:** No presente artigo, sob a luz de pressupostos teórico-metodológicos oriundos da Historiografia-Linguística, pretende-se fazer algumas considerações acerca das acepções do termo palavra em dois momentos decisivos dentro do panorama histórico dos estudos sobre língua e linguagem, quais sejam, a publicação, em 1660, da *Gramática Geral e Razoada de Port-Royal*, por Arnauld e Lancelot, como exemplo da ascensão de uma modernidade espiritualmente cartesiana, e a consolidação e desdobramento do pensamento estruturalista, tendo como destaque a reviravolta teórico-metodológica provocada pelos estudos contemporâneos na área da Tipologia Linguística.

**Palavras-chave:** Palavra. Port-Royal. Tipologia Linguística.

**Abstract:** *In this study, basing on theoretical and methodological assumptions of Linguistic Historiography, the objective is to make some considerations on the conceptions of the word term in two decisive moments in the history of linguistic studies, namely, the publication, in 1660, the Port-Royal Grammar, by Arnauld and Lancelot, as an example of the rise of a spiritually Cartesian modernity, and the consolidation and deployment of structuralist thought, having as highlight the theoretical and methodological turnaround caused by contemporary studies in the area of Linguistic Typology.*

**Keywords:** *Word. Port-Royal. Linguistic Typology.*

### Introdução

Ao se adotar uma perspectiva historiográfica sobre as teorizações acerca das partes que constituem o discurso, seja focando especificamente a formação destas unidades, seja tomando como objeto de estudo as relações que se estabelecem entre elas, é impossível não se impressionar com a quantidade e variedade de empreendimentos e esforços visando alcançar uma definição consistente de palavra, assim como salta à vista os vários e distintos critérios mobilizados nessas tentativas de definições, evidenciando o quanto esta questão, no jargão filosófico, configura-se como uma verdadeira aporia<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. E-mail: [entrecas@gmail.com](mailto:entrecas@gmail.com)

<sup>2</sup> Segundo o *Dicionário Básico de Filosofia*, de Japiassú e Marcondes, o conceito de aporia significa “dificuldade resultante da igualdade de raciocínios contrários, colocando o espírito na incerteza e no impasse quanto à ação a empreender”.

Como tentativa de mostrar o quanto é verdadeira a proposição acima, este trabalho pretende fazer algumas considerações de ordem historiográfica sobre o conceito de palavra vigente nos estudos sobre língua e linguagem realizados em dois momentos

importantes na história dos estudos linguísticos, quais sejam, a publicação, em 1660, da *Gramática Geral e Razoada de Port-Royal*, por Antoine Arnauld (1612 - 1694) e Claude Lancelot (1615-1695), e a consolidação, no século XX, dos estudos em Tipologia Linguística, atualizando o debate sobre a palavra como unidade mínima das línguas naturais.

A escolha desses dois momentos se justifica na medida em que se pretende demonstrar o quanto um mesmo objeto pode ser visualizado de maneiras diferentes, ou mesmo opostas, conforme o deslocamento no tempo e no lugar de enunciação e em consonância com as configurações sociais que permeiam a produção científica em cada período da história humana. Mais especificamente, ao elencar a *Gramática de Port-Royal* e a produção da Tipologia Linguística, tem-se como objetivo mostrar como a palavra passa da harmonia à crise conceitual, isto é, sai de uma situação em que era concebida a partir de um ponto de vista exclusivamente racionalista e idealizado, para tornar-se mote de um dos debates mais complexos e intensos da linguística do século XX.

Assim, não obstante a distância temporal entre os fenômenos abordados, com toda a sorte de dificuldades que disso decorre, espera-se encerrar uma síntese sobre o mencionado conceito, valendo-se sempre de princípios da Historiografia-Linguística – vertente contemporânea das Ciências da Linguagem inspirada na teoria e no método da *Nova História*, como ficou conhecida a forma de trabalho de vários historiadores ligados ao periódico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, ou simplesmente *Escola dos Annales*, fundada em 1929 por Lucien Febvre (1878 - 1956) e Marc Bloch (1886 - 1944).

Segundo Konrad Koerner (1996), a historiografia-Linguística é uma atividade metahistórica por natureza, porque reflete sobre os fundamentos de como empreender a escrita de uma história, sendo também o próprio resultado dessa empreitada. Já Sebastião Milani (2011) entende que o trabalho do historiógrafo-linguista consiste em estudar uma obra, um autor ou um conceito, demonstrando suas fontes refratadas e sua eventual idiosincrasia metodológica iniciada, ou seja, desvelando e distinguindo nesses objetos de estudo aquilo que é social daquilo que é individual.

Fato é que, no que diz respeito à perspectiva de aproximação dos textos abordados, ambos compartilham da ideia segundo a qual o conhecimento acumulado e sistematizado

em uma ciência deve passar, de tempos em tempos, pelo processo de revisão historiográfica, que é este movimento mesmo de olhar em volta de si, flexionando o olhar em busca de uma visão mais panorâmica.

Como se sabe, as primeiras reflexões sobre a linguagem verbal humana foram geradas sob a lógica das investigações filosóficas, em que predominava o espírito especulativo, em detrimento de uma postura pautada pela empiria. Na Grécia Antiga, por exemplo, os estudos da linguagem debruçavam-se sobre a relação desta com os conceitos, ou seja, os gregos queriam saber se era da ordem natural ou convencional a relação entre coisas, palavras e conceitos. Entre os pensadores gregos e pioneiros dos estudos sobre língua e linguagem no Ocidente, destacam-se os nomes de Platão e Aristóteles, para os quais língua e linguagem, mesmo de forma não sistemática, sempre estiveram presentes em suas teorizações.

Embora nunca tenha reunido nem sistematizado suas observações de ordem linguística, Platão desempenhou papel importante na introdução dos estudos gramaticais na Grécia Antiga (ROBIN, 1983). Em um de seus diálogos mais famosos, o *Crátilo*, que é todo dedicado a questões sobre língua e linguagem, Platão vai tratar justamente da origem da linguagem e da relação entre as palavras e as coisas por elas significadas, inaugurando a controvérsia entre duas perspectivas antagônicas: naturalistas *versus* convencionalistas. Chegando, ao final, à conclusão de que, como tudo no mundo está em perene movimento e tudo é passível de corrupção, as palavras também se foram tornando, gradualmente, imitações imperfeitas das coisas, de sorte que as convenções fizeram-se necessárias. Portanto, para Platão, em certa medida, além de não nos ensinar a realidade, a linguagem impede-nos o acesso ao real conhecimento das coisas.

Já Aristóteles, contrariando em parte seu mestre, adotou o ponto de vista convencionalista, porque acreditava que as palavras tinham a função de traduzir o mundo que nos cerca, visto que as estruturas linguísticas estariam, de algum modo, permeadas pelas estruturas encontradas no mundo. Haveria, assim, uma mesma lógica pré-existente organizando tanto o mundo quando a linguagem verbal humana. Por conseguinte, para o estagirita, segundo ele mesmo aponta em sua *De interpretatione*, a fala é a representação das experiências da mente, sendo próprio das palavras o caráter de unidade semântica mínima e independente.

Entre os romanos, para quem a herança helênica era muito cara, Varrão é o primeiro a lançar mão da noção de gramática como descrição sistêmica de uma língua, já presente entre hindus, seja como arte, seja como ciência. No entanto, a primeira gramática propriamente dita só vai aparecer no século I a.C., intitulada *Technè Grammatike*, de Dionísio de Trácia. Em certa medida, esta obra inova ao fazer da frase e da palavra as unidades máxima e mínima, respectivamente, da descrição gramatical, influenciando, de forma bastante clara, todos os estudos posteriores.

A bem da verdade, aos olhos dos linguistas contemporâneos e levando-se em conta o avanço das ciências da linguagem, é fácil apontar as deficiências dos esforços teóricos, de cunho especulativo, realizados pelos antigos, apreciando-os sem a devida contextualização histórica. No entanto, nos dizeres de Robin (1983), é preciso reconhecer a importância deles para todas as ciências de forma geral e para a linguística em especial, uma vez que deles nasceram os primeiros passos em direção à elaboração de uma metalinguagem técnica para a descrição e análise linguísticas. Ou seja, para o bem ou para o mal, as teorias, as categorias e a nomenclatura que os antigos usaram ao estudar a gramática de suas próprias línguas tornaram-se parte do instrumental com que trabalha a linguística descritiva de nossos dias.

Em síntese, apesar da riqueza da morfologia do grego e do latim, o que se tinha na Antiguidade Ocidental era a descrição gramatical embasada no modelo palavra e paradigma, no qual a forma das palavras apresenta um esquema relativamente fixo de variações para a expressão de categorias acidentais, isto é, trata-se de uma descrição que toma a palavra como unidade mínima de análise, numa metodologia que envolve basicamente três procedimentos principais:

A identificação da palavra como unidade linguística isolável; o estabelecimento de um conjunto de classes de palavras aplicável a qualquer língua e a apreensão de categorias gramaticais adequadas à descrição e análise da morfologia dos vocábulos reunidos em paradigmas e das relações sintáticas que surgem entre palavras na construção da frase (ROBIN, 1983, p. 20).

Após o declínio do Império Romano, ou mesmo por conta disso, começa a haver uma crescente valorização das línguas vernáculas, fenômeno que muito tem a ver com o fortalecimento dos Estados Nacionais na Europa, a partir do século XIII, em que as línguas faladas pelos diversos povos europeus passaram por um processo de gramaticalização de base latina – idioma que se manteve por muitos séculos como a língua de cultura por excelência.

Durante a Idade Média, desenvolveram-se abordagens metafísicas e especulativas da linguagem e estabeleceram-se pontos de contato entre o saber linguístico da Europa e o trabalho gramatical dos árabes e judeus. Mesmo assim, o pensamento gramatical herdado da Grécia Antiga, salvo raríssimas modificações, manteve-se em voga no mundo latino e medieval. Aliás, a gramática permaneceu a base do ensino por toda a Idade Média, passando por um processo intenso de atualização na Idade Moderna, de modo que, ainda hoje, ela influencia o trabalho dos gramáticos e o processo formal de ensino e aprendizado de línguas (MARÇALO, 1997).

Já o Renascimento configurou-se como período histórico de várias e profundas transformações em todos os aspectos da vida. Nos estudos linguísticos, especialmente, fatores como a colonização do Novo Continente, as grandes viagens marítimas, a expansão mundial do comércio e o trabalho dos missionários contribuíram significativamente para forjar uma verdadeira reviravolta de cunho teórico-metodológico, despertando o interesse dos estudiosos pela até então nunca sonhada riqueza de línguas existente no mundo. A abertura e a assimilação desses novos conhecimentos, assim como a necessidade de transposição da terminologia gramatical greco-latino para as diversas línguas emergentes dentro e fora Europa, são justamente os fatores que vão fazer com que os estudos no campo da linguagem expandam-se e transformem-se em ritmo acelerado.

### **A palavra como formalização do pensamento**

Durante a Idade Moderna, o mundo da intelectualidade estava voltado para o debate entre empiristas e racionalistas, e as concepções defendidas por estes e aqueles tiveram reflexos no tratamento dispensado aos problemas linguísticos. Os empiristas, como John Locke (1632 – 1704), George Berkeley (1711 – 1776) e David Hume (1711 – 1776) combatiam as especulações metafísicas da Escolástica medieval, buscando promover uma melhor articulação entre a autoridade dos teóricos e os fatos observados, uma vez que acreditavam que todos os conhecimentos se originavam das impressões sensoriais e das operações e processamentos que a alma realizava dessas sensações. Já os racionalistas, cujo maior expoente é René Descartes (1596 – 1650), buscavam fundar o conhecimento nas verdades irrefutáveis da razão humana, enxergando a matemática como a própria linguagem do universo.

Sendo assim, no Renascimento, uma vez aceita a diversidade das línguas e tendo sido reconhecido que as línguas vernáculas eram tão dignas de estudo quanto os idiomas clássicos, os empiristas passam a ressaltar as diferenças entre as línguas e a necessidade de reajustar as categorias de análise frente aos novos dados observados, enquanto que os racionalistas insistem em procurar entre as línguas o que havia de comum sob as discrepâncias superficiais. É nesta direção que os sábios de *Port-Royal* tentaram elaborar uma gramática geral, que tratasse, não de uma língua em particular, mas da estrutura profunda presente em todas as línguas.

Segundo Danilo Marcondes (2009, p.41), a solução cartesiana para todas as questões da filosofia e da ciência dependia, antes de tudo, da resolução do problema central da epistemologia, o que implicava fundamentar a pirâmide do conhecimento humano sob um novo e infalível método científico. Assim, mesmo sem ter dedicado nenhum texto especialmente à questão da linguagem, Descartes esclarece em sua obra que a nossa mente é capaz de conhecer o real apenas por meio das ideias, que representam as coisas do mundo empírico. E é com base nesse conhecimento feito de ideias que as ciências se constroem. A linguagem seria, então, apenas a expressão do pensamento, e mesmo assim uma expressão imperfeita, portanto, sem nenhum papel importante na formação dos nossos conhecimentos.

Em todo caso, seja por conta da adesão deliberada de seus senhores aos ideais jansenistas<sup>3</sup>, seja pela ligação ao racionalismo cartesiano, o mosteiro de *Port-Royal* se configurava como um polo disseminador de críticas severas ao passado repleto de irracionalidades, a exemplo do poder excessivo da Igreja sobre a vida social, o endeusamento dos pensadores clássicos sem a devida apreensão crítica de seus ensinamentos. E é principalmente deste ponto de vista racionalista que os intelectuais de *Port-Royal* mostram-se mais coerentes na área da linguagem.

Como nos informa Ninfa Sánchez (2008), para além do objetivo evidente de descobrir o que há de semelhanças e diferenças em todas as línguas, Arnauld e Lancelot compartilham, e mantêm como postulado básico, a hipótese segundo a qual a linguagem verbal humana tem uma natureza essencialmente lógica, porque consiste num reflexo direto do pensamento, que só pode ser lógico visto que é inteligível:

---

<sup>3</sup> Os jansenistas, inspirados na obra de Cornellis Jansen, Bispo de Ypres, Holanda, defendiam a necessidade de se fazer uma atualização de várias das questões que circunscrevem o mundo cristão.

la concepción del lenguaje como representación de los conceptos en la mente; el uso de una base semántica para la clasificación de los elementos de la lengua; la concepción del hablante, distinto del autómata, como alguien con la posibilidad de crear y de adecuarse a las distintas situaciones comunicativas em que pueda encontrarse; la relación entre la gramática y la lógica (SÁNCHEZ, 2008, p. 97).

Nesses moldes, dentro de uma perspectiva metodológica de cunho mentalista acerca dos estudos linguísticos, a *Gramática Geral e Razoada* é baseada em dois pontos principais, como se pode notar em seu próprio título: i) existe uma organização geral das línguas naturais, o que permite inclusive o estudo comparativo das mesmas; e ii) embora exista uma tradição que se viciou no uso abusivo e da língua, é preciso usá-la sempre racionalmente, visando a clareza de manifestação do pensamento.

Na primeira parte da obra, chamada “Onde se fala das letras e dos caracteres da escrita”, os autores vão tratar dos elementos materiais das palavras, enquanto que, na segunda, intitulada “Onde se fala dos princípios e dos motivos sobre os quais se baseiam as diversas formas de significação das palavras”, eles falam de como as palavras significam. É no capítulo IV da primeira da parte que eles vão tratar especificamente da palavra, concebida como som “que se pronuncia em separado e se escreve em separado (ARNAULD e LANCELOT, 2001, p.18), revelando uma perspectiva que leva muito em conta o acento, elevação da voz sobre uma das sílabas constituintes, e a relação entre sequência sonora e sua representação gráfica.

Na segunda parte, deixando de lado as partes materiais da palavra, os autores abordam-na como expressão do pensamento humano, levando-se em consideração a existência de uma conexão entre o conhecimento do que se passa em nosso espírito e a estrutura gramatical da linguagem. Dessa forma, haveria em nossa mente três tipos possíveis de operação, a saber: i) conceber, que é o modo de nosso espírito perceber as coisas ao redor; ii) julgar, que é a afirmação ou negação de uma qualidade da coisa concebida; iii) raciocinar, que nada mais é do que servir-se de dois ou mais julgamentos para produzir outros tantos, de modo que esta terceira operação do espírito, além de ser uma extensão natural da segunda, consiste numa atividade recorrente de grande importância do ponto de vista da cognição, visto que os homens não falam apenas para expressar o que concebem, antes, eles utilizam a língua quase sempre para expressar os julgamentos que fazem de suas concepções.

De qualquer forma, sempre se considera a palavra, seja por sua composição material, comum aos seres humanos e papagaios, pelo menos em relação aos efeitos sonoros

produzidos, seja por seu aspecto espiritual, que é a parte que nos distingue dos demais animais. Esta última é aquilo que nos permite a racionalidade, porque é a partir do uso que delas fazemos para expressar nossos pensamentos, valendo-nos de uma quantidade finita de sons, que conseguimos gerar uma quantidade infinita de palavras distintas, necessárias para que os homens consigam alcançar uma comunicação satisfatória, produzindo e processando todos os movimentos de nossas almas, vez que as palavras são construídas por

sons distintos e articulados, que os homens transformaram em signos para significar seus pensamentos. É por isso que não se pode compreender bem os diversos tipos de significação que as palavras contêm, se antes não se tiver compreendido o que se passa em nossos pensamentos, pois as palavras foram inventadas exatamente para dá-los a conhecê-los. (ARNAULD e LANCELOT, 2001, p.29).

Desse modo, tendo a necessidade de signos para exteriorizar tudo o que se passa em seu espírito, faz-se urgente fazer uma distinção entre os objetos e as formas de ser de nossos pensamentos, sendo que os primeiros estão ligados à primeira operação (conceber), o que gera os nomes, os artigos, os pronomes, os participípios, as preposições e os advérbios, enquanto que as segundas e terceiras operações (julgar e raciocinar) encontram-se relacionadas à produção dos verbos, das conjunções e das interjeições.

Em suma, pode-se dizer que a linguagem verbal humana foi concebida como portadora de duas funções basilares: ela serve para representar o mundo e a realidade exterior e, ao mesmo tempo, presta-se a tornar possível a comunicação entre os homens. Supunha-se então que, para cada palavra, havia uma ideia associada, numa relação direta e convencional, como se usar a língua se resumisse em materializar os pensamentos por meio dos signos mais convenientes possíveis, quais sejam, os sons produzidos na voz, ou simplesmente as palavras.

Pode-se ainda inferir que, sobretudo a partir de Descartes, as ciências e a filosofia modernas tentam explicar o mundo pelo número, pela figura e pelo movimento. Trata-se de uma revolução científica que pode ser entendida como o deslocamento do polo do objeto para o polo do sujeito. Antes, o homem antigo e medieval se relacionava com o mundo como uma esponja, tentando sugar nele o que há de conhecimento. Ele se esforça para observar e especular sobre os fenômenos da língua. Já na modernidade – que começa com Copérnico, fortalece-se em Galileu, sistematiza-se em Descartes e radicaliza-se em Kant – o homem põe a natureza sob interrogatório, tranca-a num laboratório e, como numa sessão de tortura, busca as respostas exatas para as suas perguntas.

Os senhores de *Port-Royal*, conectados à modernidade pelo viés do racionalismo cartesiano, vão partir para a experimentação, colocando sob análise a própria tradição dos estudos gramaticais até então produzidos. Trata-se, evidentemente, de uma relação de imbricação entre a mudança de perspectivas operada na filosofia e nas ciências e a ruptura de paradigmas operada nos estudos sobre língua e linguagem, de sorte que a compreensão dos princípios e diretrizes que orientam a elaboração *Gramática de Port-Royal* passa certamente pela compreensão dos fundamentos ontológicos e epistemológicos que norteiam o pensamento moderno.

### **Com a palavra a Tipologia Linguística**

Passam-se os séculos e muitas das questões no campo dos estudos sobre língua e linguagem não perdem a validade. Aliás, no século XX e, principalmente, na linguística contemporânea, a problemática das partes do discurso produz uma literatura tão vasta que escapa a toda e qualquer tentativa de pormenorização. Nesse sentido, em se tratando da identificação de sua composição estrutural, a proliferação de títulos é reveladora da coexistência de pontos de vista que, na maioria das vezes, mostram-se diferentes ou mesmo antagônicos.

Na academia, há tempos os linguistas vêm afirmando a palavra como uma unidade básica das línguas naturais. Entretanto, fazendo coro com o senso comum, ouve-se ainda dizer, inclusive com certa naturalidade, que as “línguas primitivas” não têm palavras bem constituídas. De qualquer forma, permeando esses dois lados extremos da questão, é preciso salientar novamente que muito do que se tem dito sobre o conceito de palavra é decididamente marcado pelo eurocentrismo, porque sua categorização se baseou, num passado ainda recuperável, em teorizações acerca da estrutura sintética das línguas europeias.

Como mostrado, a palavra para os gregos e romanos era a unidade básica para a instrução dos padrões morfológicos, visto que estabeleciam as várias formas gramaticais de um determinado lexema em linhas e colunas correspondentes, sem nenhuma tentativa de segmentação em morfemas. Nessa lógica, a palavra é por excelência a unidade elementar da análise gramatical, sendo, portanto, a base da distinção feita entre a morfologia e a sintaxe, bem como a principal unidade no campo da lexicografia, à medida que é concebida como uma unidade convencional de som e significado. Como elemento sintomático da influência

da tradição supracitada, pode-se observar que a maioria das gramáticas escolares contemporâneas retomam a definição greco-latina de palavra quase que literalmente. Aliás, em muitas delas, constata-se que o conceito sequer é abordado, mas tomado implicitamente.

Em Abaurre, M. L. et al (2003: 156), por exemplo, há o seguinte postulado: “palavra é uma unidade linguística de som e significado que entra na composição dos enunciados da língua”. Todavia, esse tipo de concepção, numa avaliação mais cuidadosa, torna-se extremamente problemática, haja vista que engloba perfeitamente várias e diversas categorias. No inglês, por exemplo, seria palavra tanto o prefixo *un-* quanto a frase *The King Of England*, porque ambos possuem uma sequência sonora acoplada a um sentido. Nesses termos, um grande problema a ser enfrentado é justamente esse uso simplista e indistinto do termo palavra. Em casos extremos, aumentando a confusão conceitual e terminológica, utiliza-se palavra para fazer referência tanto aos lexemas da língua, como ‘sing’ e ‘look’, quanto para designar suas respectivas formas flexionais ou vocabulares, como *sing, sings, sang e look, looks, looked*. (LYONS, 1987, p.76).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, em língua portuguesa, seriam palavras tanto ‘amaremos’ quanto ‘-re’ ou ‘-mos’, porque também consistem em estruturas que comportam, do ponto de vista lógico, significados e elementos materiais. Apesar disso, os falantes nativos de português, mesmo que de maneira nem sempre consciente, não titubeiam em afirmar que ‘amaremos’ é, de fato, uma palavra, enquanto ‘-re’ e ‘-mos’ não o são, ou o são de uma forma bastante distinta. Tal constatação aponta para a necessidade de se refletir sobre a diversidade e a complexidade das línguas naturais como fatores a serem levados em conta antes de qualquer generalização em matéria de descrição linguística.

Igualmente problemáticas são as tentativas de classificação das palavras. A tradicional lista das dez partes do discurso, sempre presentes nos manuais escolares, é heterogênea em demasia em sua constituição, refletindo, no geral e nos pormenores, a estrutura gramatical grega ou latina que, em hipótese alguma, configura-se como universal. Não bastasse isso, as próprias definições, muitas vezes circulares, apresentam deficiências graves, misturando critérios flexionais, sintáticos e semânticos. No próprio português, por exemplo, tenta-se a ferro e fogo distinguir os substantivos, os verbos e os adjetivos, valendo-se de critérios de ordem gramatical e ou semântica, esquecendo-se que qualquer substantivo pode se transformar em um adjetivo ou em um verbo, ou um verbo pode se tornar um

substantivo ou adjetivo, bastando apenas que o usuário domine razoavelmente o sistema morfossintático desse idioma.

Ademais, não se tenta esclarecer que existem tantas outras línguas naturais em que os substantivos e os verbos, ou os substantivos e os adjetivos, ou ainda os verbos e os adjetivos podem compartilhar características no nível da sintaxe e da morfologia que, de fato, inviabilizam qualquer tipo de taxionomia *a priori*, pondo em xeque a pretensa universalidade na diferenciação de unidades básicas do discurso. No chinês, como já mencionado, toda essa tradição de categorização da palavra à moda ocidental simplesmente torna-se inútil, haja vista as peculiaridades estruturais dessa língua. Igualmente, como demonstram Guimarães e Zoppi-Fintana (2010), alguns dos idiomas polissintéticos da América do Norte carecem de qualquer unidade semelhante ao tipo de palavra que estamos acostumados a ver em línguas europeias.

Aqui, cabe abrir um parêntese para falar da mudança de paradigma operada dentro dos estudos sobre a língua e linguagem, mudança esta que se iniciou no século XIX com o desenvolvimento da Gramática Comparada e da Neogramática e veio a se consolidar no século XX, a partir dos ensinamentos do mestre genebrino Ferdinand de Saussure (1857 – 1913), pensador que causou uma grande revolução de cunho metodológico no campo das ciências humanas em geral, e nas ciências da linguagem em particular, uma vez que sua obra viabilizou a sistematização da linguística como ciência nos moldes modernos, ao estabelecer-lhe objeto e método próprios.

Em outras palavras, conforme Paveau e Sarfati (2006), foi durante os séculos XIX e XX que os estudiosos da linguagem foram abandonando gradativamente a perspectiva especulativa e metafísica, típica dos séculos anteriores, para adotar os princípios positivistas da observação e do empirismo, os quais se tornarão mais tarde caros ao estruturalismo linguístico. É só quando a estrutura interna da palavra passa a interessar aos estudiosos, dado o advento da morfologia e das teorizações sobre o morfema, que a palavra deixa de ser uma unidade relevante para os estudos das estruturas das línguas. Entretanto, esse deslocamento para uma área periférica nos estudos linguísticos, assim como a eleição do morfema como elemento básico da morfologia, não são propriamente invenções do estruturalismo, antes, são fenômenos decorrentes da aplicação do enfoque sincrônico sobre um estágio de uma língua, método este engendrado pela própria Gramática Comparada.

Posteriormente, entre tantos que tentaram iluminar o debate acerca do conceito de palavra, destaca-se a figura de Leonard Bloomfield (1887–1949), expoente do estruturalismo linguístico nos Estados Unidos, cuja acepção de palavra, bastante difundida entre os linguistas, consiste numa estrutura intermediária entre o morfema e o sintagma oracional. Ora, concebendo o sintagma como uma forma livre composta inteiramente de duas formas livres menores, Bloomfield diz que a palavra é a forma livre que não é sintagma. Mais especificamente, a palavra seria uma forma livre não composta inteiramente por formas livres menores, podendo ocorrer de maneira relativamente independente nos enunciados.

De forma mais simplificada, Guimarães e Zoppi-Fintana (2010, p.100) assumem que as palavras são elementos formados por um ou mais morfemas, entendendo estes como partículas possuidoras de significado na estrutura interna, mas que dificilmente conseguem aparecer isoladamente carregando significado em um enunciado. Porém, dado que as palavras são compostas por morfemas, restaria ainda saber onde e como se dá a formação de palavras, ou seja, onde e como se dá formação dos morfemas na formação das palavras na arquitetura das gramáticas das línguas. Assim, em línguas isolantes, como o chinês, as palavras carregam um só significado, mas em línguas polissintéticas, como o Kadiwéu, falada no Mato Grosso do Sul, certas sequências de sons, assumidas como palavras por seus falantes, carregam significados traduzidos por frases inteiras em línguas como a portuguesa.

Ainda dentro dos desdobramentos do estruturalismo linguístico, a área de pesquisa dentro das ciências da linguagem que mais tem se debruçado sobre os problemas que envolvem o delineamento de uma unidade linguística básica é justamente o campo da Tipologia Linguística que, segundo Edith Moravcsik (2013), caracteriza-se pelo estudo comparativo das semelhanças e diferenças entre as línguas naturais, sobretudo, entre aquelas que não compartilham uma mesma origem, nem as mesmas condições ambientais, buscando classificá-las com base em critérios estritamente estruturais, identificando, conseqüentemente, o que há nelas de aspectos universais e particulares. Portanto, a Tipologia Linguística vai buscar os universais das línguas naturais de um ponto de vista estrutural, o que implica, em última instância, em um trabalho de classificação (taxonomia) das línguas existentes no globo terrestre.

Quanto à metodologia, parte-se sempre de um espaço e de um tempo delimitados, de modo que as línguas são abordadas pelo ponto de vista comparativo e sincrônico. E o enfoque recai sempre sobre a sintaxe e a morfologia, ficando a fonologia em segundo plano.

Por conseguinte, nas pesquisas dessa área, é muito importante ter acesso a uma gama generosa de dados linguísticos, assim como é muito recorrente o trabalho com probabilidades, justamente porque se acredita que só é possível chegar aos universais mediante generalizações tipológicas produzidas na comparação sincrônica entre línguas oriundas de várias partes do mundo (MORAVCSIK, 2013).

Em relação ao problema específico em estudo, também há posicionamentos em contraste. O tema vem ocupando a mente tanto dos tipólogos que defendem a noção de palavra como uma categoria básica das línguas quanto aqueles que vão refutar essa proposição, declarando que tal noção não passa de uma invenção fruto da imaginação, fantasia ou excesso de rigor metodológico. Nisso, vários dos problemas que rodeiam a acepção de palavra vão ser prontamente enfrentados, chegando a lograr certo êxito em alguns casos. Passa-se a criticar, como nunca, o uso assistemático e desregrado do termo palavra, seja na fala cotidiana, seja nos discursos linguísticos; bem como busca-se esclarecer as distinções entre um lexema e suas variadas formas e entre uma palavra ortográfica e outros tipos de palavra.

Neste movimento, chama a atenção os escritos instigantes de Aikhenvald e Dixon (2012), que apontam para a impossibilidade de se afirmar, com a precisão devida, que existem palavras em todas as línguas do mundo, apenas porque sabemos que há palavras em todas as línguas conhecidas. Dessa forma, sugerem uma conceituação de palavra como categoria básica da língua, mas reclamando a necessidade de se perceber as diferenças entre unidades definidas principalmente por critérios gramaticais e unidades principalmente definidas por critérios fonológicos, porque, existiriam nas línguas do mundo a palavra fonológica e a palavra gramatical, sendo que esses dois tipos podem coincidir em alguns idiomas e se distinguirem em outros.

Grosso modo, a palavra fonológica é uma unidade maior do que a sílaba (em algumas línguas pode minimamente ser apenas uma sílaba), e se constitui de pelo menos uma das seguintes (e, geralmente, mais do que uma) propriedades: a) características segmentares, como estrutura interna silábica e segmentada, realizações fonéticas a partir dessas estruturas, palavra-fronteira, pausa; b) recursos prosódicos, como acento e/ou atribuição de tom, nasalização, retroflexão, vogal harmônica e c) certas regras fonológicas. Evidentemente, não há um único critério para definir uma palavra fonológica, que valha em todas as línguas. Antes, toda língua que tem palavra fonológica seleciona alguns dentre os muitos critérios

possíveis. Já no caso da palavra gramatical, é possível apresentar critérios universais, embora temperados por uma série de ressalvas: (a) ocorrem sempre juntos, em vez de espalhados pela oração, (b) ocorrem numa ordem fixa e (c) possuem coerência e sentido convencionados.

Em resumo, ainda segundo Aikhenvald e Dixon (2012), faz-se preciso ter claro em mente que, no trabalho de conceituação da palavra como unidade passível de análise linguística, não se pode misturar ou, muito menos, confundir os diferentes tipos de critérios a serem utilizados. Isso porque os critérios fonológicos devem servir para definir palavra fonológica, que é uma unidade na hierarquia fonológica, enquanto que os critérios gramaticais servem para definir palavra gramatical, que é uma unidade na hierarquia gramatical.

Enfim, no campo da Tipologia Linguística, o grande desafio a ser encarado, quando se pretende teorizar sobre o conceito de palavra com vistas a fundamentar as descrições de línguas naturais, continua sendo o de estabelecer uma distinção clara entre lexema e formas vocabulares ou entre critérios fonológicos e critérios gramaticais.

### **Considerações Finais**

Em toda e qualquer ciência é preciso ter em conta que, mesmo quando almejado, é impossível subestimar ou desprezar toda uma tradição que nos precede, simplesmente porque, querendo ou não, ela sempre nos condiciona.

Sob a luz da Historiografia-Linguística, viu-se o quanto o conceito de palavra pode variar a depender do tempo e do espaço abordados. Mostrou-se que a maioria das discussões sobre palavra embasam-se na família de línguas sintéticas da Europa, tornando infrutífera sua extensão acrítica ao estudo de todas as línguas do mundo.

Nesse sentido, procurou-se demonstrar como a noção de palavra presente na *Gramática de Port-Royal* encontra-se vinculada a uma tradição cartesiana e, portanto, ao racionalismo, em que a linguagem verbal humana é concebida, sobretudo, como estrutura modeladora do pensamento – o elemento que viabiliza, em última instância, toda a racionalidade que nos distingue dos demais seres vivos, uma vez que as palavras são tomadas como signos necessários para a materialização de nossas ideias.

Em seguida, através de uma caracterização da Tipologia Linguística como desdobramento do pensamento estruturalista, tentou-se revelar o quanto é complexa e

problemática a conceituação de palavra nos estudos linguísticos contemporâneos, demonstrando que é preciso, antes de tudo, refletir sobre a validade e o potencial de generalização dos critérios empregados nesse trabalho de conceituação, uma vez que não existe universalidade de unidade mínima do discurso, antes, essa unidade vai variar conforme o tipo língua que se aborde.

Por fim, percebe-se que, mesmo transcorridos vários séculos de reflexões sobre o assunto, o debate acerca da noção de palavra está longe de encontrar um final consensual. Assim, a aporia aludida inicialmente permanece intacta, de sorte que os linguistas, para dar conta dela e de tantas outras, precisam apropriar-se dos percursos históricos e fundamentos teóricos metodológicos de nossa ciência, sob o risco de se deixar levar pela fragmentação de perspectivas e, conseqüentemente, pelas cegueiras epistemológicas de cada época.

## Referências

- ABAURRE, Maria Luiza; PONTARA, Marcela Nogueira; FADEL, Tatiana. *Português, língua e literatura*. São Paulo: Moderna, 2003.
- AIKHENVALD, Alexandra Y.; DIXON, Robert M. W. Word: a typological framework. In: \_\_\_\_\_. *Word: A cross-linguistic typology*. New York: Cambridge University Press, 2002, p. 01-38.
- ARISTÓTELES. *Órganon*. Trad. Edson Bini. Bauru: Edipro, 2005
- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. Trad. Bruno Fregni e Henrique Graciano Muracho. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. London: Allen & Unwin, 1976.
- GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FINTANA, Mônica (Orgs.). *Introdução às Ciências da Linguagem: A palavra e a Frase*. 2.ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia Linguística. *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 45-70, 1996.
- LYONS, John. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- MARÇALO, Maria João. O que é a palavra? Reflexões sobre a herança gramatical greco-latina. *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo, USP, n. 10-11, p. 53-68, 1997.
- MARCONDES, Danilo. *Textos Básicos de Linguagem: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- MILANI, Sebastião Elias. *Historiografia-Linguística de Ferdinand Saussure*. Goiânia: Kelps, 2011.

MORAVCSIK, Edith A. *Introducing Language Typology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. *As Grandes Teorias da Linguística: da Gramática Comparada à Pragmática*. São Carlos: Claraluz, 2006.

PLATÃO. *Diálogos*. Teeteto. Crátilo. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém, UFPA, 1973.

ROBIN, Robert Henhi. *Pequena História da Linguística*. Trad. Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SÁNCHEZ, Ninfa Stella C. Una breve aproximación a la Gramática General y Razonada de Port-Royal. *Revista Graña*. Bogotá, FUAC (Fundación Universidad Autónoma de Colombia), n. 06, p. 91-103, 2008.